

ANÁLISE DA VOZ DO OUTRO SOB UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Cleide Ines Wittke – cleideinesw@yahoo.com.br

Pós-doutora em Didática das Línguas pela Universidade de Genebra (2015).

RESUMO: A voz do outro está presente no nosso falar cotidiano, no dizer retórico, e no discurso literário. Nessas condições e sob uma perspectiva dialógica e polifônica bakhtiana (1992; VOLOCHINOV, 1981), este artigo objetiva identificar e compreender o modo como o discurso do outro, mostrado ou velado, segundo Authier-Revuz (1982, 1998), se manifesta no dizer literário, mais especificamente, na crônica. Para tanto, selecionamos duas crônicas, ambas publicadas no jornal Zero Hora (RS), com o intuito de analisar sob quais estratégias discursivo-linguísticas a voz do outro se manifesta e os efeitos de sentido que produz no texto. Investigamos o funcionamento dos discursos direto, indireto e indireto livre, bem como de outros indicadores, marcados ou não, relacionando-os com o dizer do locutor/narrador que, ora busca aproximar-se, ora, afastar-se da voz do outro, dependendo do efeito semântico que pretende transmitir.

PALAVRAS-CHAVE: Voz Mostrada e Velada; Discurso Literário; Perspectiva Discursiva Bakhtiniana.

1 INTRODUÇÃO

O discurso relatado ou o discurso de outrem, conforme denominam Bakhtin (1992) e Bakhtin e Volochinov (1981), tem sido um assunto bastante discutido, mesmo assim, há muito para estudar sobre sua modalidade linguística e acerca de seu efeito sociodiscursivo e estilístico (BRAIT, 2005). Para Bakhtin (1992), não existe um discurso primeiro, nem um último, porque o atual funciona como resposta aos anteriores e também suscitará novos discursos. Parece ser de consenso¹ que o discurso do outro está presente tanto no falar cotidiano, no retórico, quanto no literário, podendo ser ora revelado, ora velado, o importante é que está lá, marcado ou não, produzindo efeitos de sentido. Nesse enfoque, o presente artigo tem como objetivo identificar e compreender o modo como a voz do outro pode ser manifestada em um texto, aqui, no caso, no gênero crônica. Para tanto, lemos e investigamos várias crônicas do jornal Zero Hora (RS), selecionando duas delas para este estudo².

¹ Dentre vários exemplos de diferentes usos da voz do outro e de efeitos discursivos no discurso, citamos as pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2005), analisando o artigo jornalístico; por Sobral (2009), que investiga dizeres na capa e contracapa de livros de autoajuda; por Cruz e Costa-Hübes (2016), que abordam o trabalho com a crônica no ensino fundamental.

² Por se tratar de material de cunho literário, ainda que veiculado na mídia impressa, não vemos problema no fato de as crônicas terem sido publicadas há mais de uma década, já que isso não desqualifica a mensagem dos textos, nem nossa análise do discurso do outro na materialidade literária.

Com base nos estudos discursivos de Bakhtin (Volochinov) e também de Authier-Revuz, norteamos nossa investigação do discurso relatado a partir de duas categorias de análise. A primeira diz que às vezes o locutor aproxima-se mais desse dizer, tornando-o menos marcado; outras vezes afasta-se dele, mostrando-o com nitidez, dependendo do efeito semântico que deseja produzir. Já a segunda remete ao fato de se acreditar que a intervenção do outro seja por meio de indicadores como aspas, itálico, ironia, e também através do uso de diferentes discursos, tais como: discurso direto (DD), discurso indireto (DI), discurso direto livre (DDL) e discurso indireto livre (DIL). Nessas condições, a análise do dizer do outro na crônica busca responder algumas questões, a saber: De que modo o discurso do outro atua na narrativa curta?; Quais são os efeitos de sentido produzidos pelo discurso citado e também pelo velado?; O que são e como funcionam os DD, DI, DDL e DIL, modalidades linguísticas tão importantes a um texto narrativo?

Como já dito, sustentamos nossa proposta na perspectiva dialógica e polifônica de Bakhtin (1992) e de Bakhtin e Voloschinov (1981), na medida em que os autores explicitam o modo como surgiram e foram funcionando os DD, DI e, em especial, o DIL na literatura, principalmente na russa. Esses esquemas linguísticos operam em função da maior ou menor necessidade de o locutor/narrador identificar-se com nitidez ou não com o discurso do outro. Esses dizeres refletem como ocorre a inter-relação entre o contexto narrativo (narrado) e o discurso de outrem que, segundo Bakhtin e Voloschinov (1981), é fruto da realidade social e ideológica de cada época. Tal análise remete à origem do tema polifonia, que serve como divisor de águas entre o dizer do autor autoritário, enunciador de uma única voz (como é o caso da obra de Tolstói), e do autor polifônico, carnavalesco, aquele que deixa fluir várias vozes (característico na obra de Dostoievski). Além disso, orientamos nossa análise do dizer de outrem a partir da proposta psicanalítica de Authier-Revuz (1982, 1998), com sua heterogeneidade constitutiva e mostrada, pois comungamos com o pensamento da autora de que a heterogeneidade faz parte da natureza da linguagem, podendo estar ou não marcada no dizer.

2 O DISCURSO DO OUTRO SOB UM ENFOQUE BAKHTINIANO

Para Bakhtin e Voloschinov (1981), o discurso de outrem, o citado, é o discurso no e sobre o discurso; é a enunciação na e sobre a enunciação. Nesse sentido, enquanto aquilo que falamos é o conteúdo propriamente do nosso dizer, o discurso do outro é mais do que isso, pois pode entrar no discurso e na sua construção sintática, produzindo uma unidade integral nessa construção. Assim, nas palavras de Bakhtin e Voloschinov (1981, p. 144), “o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que

integrou”. Em vista disso, ao analisar o discurso citado, não podemos nos ater apenas a seu conteúdo, pois tal análise mostrará *como e de como modo o fulano fala*, todavia, só podemos saber *o que ele realmente diz*, se analisarmos suas palavras, mesmo que seja por meio do discurso indireto.

Ao integrar-se à enunciação da unidade estrutural do discurso narrativo, o discurso citado passa a constituir-se como seu tema, pois um tema autônomo torna-se um tema do tema. Dessa forma, o falante vê o discurso citado como sendo a enunciação de outra pessoa, independentemente de sua origem, que possui uma construção completa e está localizada fora do contexto narrativo. O discurso do outro passa a fazer parte do contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e, em partes, sua integridade linguística de origem; no entanto, ao integrar-se a outra enunciação, ele precisa ajustar-se às regras sintáticas, estilísticas e composicionais, elaboradas pelo dizer em questão, neste caso, o narrativo.

Bakhtin e Voloschinov (1981) defendem que o sujeito que apreende a enunciação do outro não é um ser mudo, sem palavra; ao contrário, é um ser pleno de dizeres interiores. Assim, esse sujeito mediatiza sua atividade mental via discurso interior, relacionando-o com o discurso que é apreendido do exterior. *A palavra vai à palavra*. É, enfim, no discurso interior que o sujeito apreende e aprecia o discurso do outro, em que opera a orientação ativa do falante. A relação entre o discurso citado e o contexto narrativo pode seguir dois princípios: visar à conservação da integridade e autenticidade do discurso de outrem, com fronteiras nítidas; ou ainda, a diluí-lo no discurso narrado.

No primeiro caso, temos o estilo linear, em que os esquemas linguísticos e suas variantes esforçam-se para isolar o discurso citado, protegendo-o da infiltração de entoações do locutor/narrador, estabelecendo fronteiras visíveis, o que, no entender de Bakhtin e Voloschinov, corresponde a uma fraqueza do fator individual interno. Nessa situação, a apreensão e a transmissão do discurso do outro é linguisticamente despersonalizada e mantida em blocos isolados, separados. Essa postura reflete uma sociedade em que a palavra circula de modo dogmático, predominando o DD, com sujeito linguístico aparente. Os dois autores russos citam como exemplo os textos escritos em francês medieval e em russo antigo (século XVII, na França e XVIII, na Rússia).

Já no segundo caso, o estilo pictórico, ocorre o oposto ao anterior, pois, com caráter bem mais individualizado, nele, “o contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar suas fronteiras” (p. 150). Bakhtin e Voloschinov explicitam que, dentro do quadro pictórico, há diversos tipos que variam conforme o grau de envolvimento do narrador. Por exemplo, o narrador pode distinguir totalmente as fronteiras do discurso citado, com o intuito de colori-lo com sua própria entoação, com seu humor,

sua ironia, sua raiva, sua admiração, seu apego, dentre outras manifestações, o que é característico do Renascimento: fim do século XVIII e quase todo o XIX. Existe também outro tipo: quando o dominante é o discurso citado, pois ele é mais forte e acaba envolvendo o contexto narrativo em que se enquadra, dissolvendo-o. Os autores citam a obra de Dostoievski como exemplo.

Ainda outra forma de transmissão do discurso citado (sob modelo misto) é o DI sem sujeito aparente, no entanto, a mais complexa delas é a do DIL, pois dilui por completo as fronteiras do discurso citado. Para Bakhtin e Voloschinov (1981), ao examinar as tendências da apreensão ativa do discurso do outro, devemos dar atenção a todos os fenômenos linguísticos em questão, principalmente, em relação ao objetivo que o discurso narrado pretende alcançar. O discurso literário, por sua própria natureza, é mais livre do que o discurso retórico, na maneira de lidar com o discurso citado. Esse último está mais engajado com os direitos de propriedade da palavra e preocupa-se com a questão da autenticidade, por isso tende a lidar com menos liberdade com o discurso do outro (FARACO, 2009).

3 OS DISCURSOS: DIRETO, INDIRETO E SUAS VARIANTES

Segundo Bakhtin e Voloschinov (1981), existem esquemas básicos que expressam linguisticamente a relação estabelecida entre o discurso citado (do outro) e o narrado. Esses esquemas realizam-se através de variantes, as quais indicam, por sua vez, a relação de força existente entre o discurso citado e o narrado, em dado momento do desenvolvimento da língua. É, então, nas variantes que encontramos as alterações no modo como determinado grupo social expressa a relação entre o discurso do outro e o narrado. Em vista disso, defendem que as variantes se encontram na fronteira da gramática com a estilística. Segundo esses autores, é muito difícil estabelecer limite entre a gramática e a estilística, ou seja, entre o sistema gramatical e sua variante estilística (BRAIT, 2005). É, todavia, nos casos de transição que o linguista pode encontrar as tendências da evolução da língua.

No entender de Bakhtin e Voloschinov (1981), cada esquema expressa determinada tendência à apreensão ativa que faz do discurso do outro. Isto é, cada esquema recria de modo específico a enunciação, atribuindo-lhe uma orientação particular. Por isso não podemos passar de um discurso a outro sem efetuar os devidos ajustes, característicos de cada esquema. A tendência analítica do DI sustenta-se no fato de que os elementos emocionais e afetivos desse discurso não podem ser expressos no conteúdo, mas somente nas formas de sua enunciação. As abreviações, elipses, hesitações, e outras manifestações emocionais típicas do DD, não podem ser expressas no DI, em função de seu caráter analítico. Nessas condições, as particularidades de construção e de

entoação típicas dos enunciados interrogativos, exclamativos e imperativos não são mantidas no DI, pois, revelam-se a apenas em seu conteúdo.

Os autores russos alertam que devemos saber diferenciar tanto as duas orientações que a tendência analítica do DI pode assumir, quanto suas variantes. Vão além e orientam que a voz do outro pode ser apreendida como uma *tomada de posição com conteúdo semântico preciso* por parte do falante, via construção indireta, transpondo de modo analítico sua composição objetiva exata, por meio do estilo linear. Mas também pode apreendê-la enquanto *expressão* que caracteriza tanto o objeto do discurso quanto o *próprio falante*: seu estado de espírito, seu modo de falar (fala entrecortada, por exemplo), a maneira de exprimir-se etc.

O estilo linear apreende a enunciação de outrem no plano meramente temático, permanecendo surda e indiferente a tudo que não possui significação temática. Sob o prego de certa despersonalização do discurso citado, essa variante abre possibilidade às tendências para a réplica e para o comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo em que conserva nítida distância entre as palavras do narrador e as citadas (do outro). Ainda na construção indireta, a variante analisadora da expressão integra as palavras e as maneiras de dizer do discurso do outro que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Na maioria das vezes, esses dizeres são colocados entre aspas, tornando-se visíveis, marcados.

Embora essas duas variantes apresentem uma tendência geral de esquema, elas exprimem abordagens linguísticas divergentes do discurso do outro e da personalidade do falante. Assim, na primeira variação, a personalidade do falante só existe à medida que ocupa uma posição semântica determinada e, fora dela, quando transmitida de maneira estritamente objetiva. O oposto ocorre com a segunda, em que a individualidade do falante é apresentada de maneira subjetiva, como modo de pensar e de falar, o que implica um julgamento de valor simultâneo do narrador sobre tal modo.

Além dessas duas formas, Bakhtin e Voloschinov (1981) identificam uma terceira variante: a *impressionista*, especialista em transmitir o discurso interior, os pensamentos e os sentimentos da personagem. Ela expressa o discurso do outro com bastante liberdade, indicando somente seus temas e seus dominantes, sendo que a entoação do narrador flutua livre e com facilidade sobre sua estrutura fluídica. Essa variante encontra-se no meio do caminho entre as duas anteriores (a analisadora do conteúdo e a da expressão). Quando há, então, solidariedade total entre narrador e personagem, sobrepondo-se uma entoação à outra, fundindo plenamente suas vozes, ora pertencendo ao discurso de um, ora de outro, temos o DIL que, segundo os dois estudiosos, constitui o caso mais importante e sintaticamente melhor fixado de convergência interferente entre dois discursos, em vista disso, merece um estudo mais detalhado.

Em seus estudos, Bakhtin e Voloschinov esclarecem que Tobler foi o primeiro autor a referir-se ao DIL como citação do discurso, comparando-o com o DD e o DI. Tobler definiu esse discurso como uma forma que mistura o DD e o DI, pois enquanto o tom e a ordem das palavras advêm do primeiro, os tempos verbais e as pessoas emergem do segundo. Bakhtin e Voloschinov não concordam com o modo como Tobler explica tal fenômeno, ou seja, o fato que, ao relatar acontecimentos passados, o falante introduz a enunciação de um terceiro (um outro), um dizer independente na narrativa. Para os dois filósofos russos, o essencial da questão está na diferente inter-relação estabelecida entre o discurso narrado e o discurso citado, criando uma nova forma linguística, o que não é explicitado por Tobler.

Ainda segundo Bakhtin e Voloschinov (1981), Kalepky também estudou o DIL, reconhecendo-o como uma forma autônoma de criar o discurso do outro, e o definiu como um discurso *oculto* ou *velado*. A significação linguística desse esquema está no fato de que é preciso adivinhar a quem a palavra pertence. Os estudos desse autor avançam na medida em que apreendem o DIL como sendo uma nova orientação estilística positiva e não mais a combinação de dois esquemas sintáticos, como via Tobler. O crucial, nessa forma, é o fato da personagem e do narrador expressarem-se conjuntamente, isto é, em uma única construção; mas ouvem-se duas vozes diferentes. Assim, o DIL é visto com o rosto descoberto, sem máscara, embora tenha duas faces (duas vozes).

Em resposta às questões levantadas por Kalepky e distinguindo formas linguísticas das figuras de pensamento, em 1914, Bally (*apud* BAKHTIN;VOLOSCHINOV, 1981) identifica o DIL, na sua forma mais pura, com as figuras de pensamento. Nesse enfoque, do ponto de vista gramatical, é o discurso do narrador, mas, de acordo com o sentido (enquanto fenômeno extralinguístico), é o da personagem. Para Bally, o esquema do DI inclina-se ao DD, funcionando o DIL como passagem de um ao outro. Mais tarde, em 1921, complementam Bakhtin e Voloschinov (1981), Eugen Lerch define o DIL como *discurso vivido*, enquanto denomina o DD de *discurso repellido* e o DI de *discurso relatado*. Bakhtin e Voloschinov explicam a questão dizendo que o DIL não serve para ser utilizado na conversação direta, mas sim em representações de cunho literário, quando seu valor estilístico é imenso, já que é por excelência a forma do imaginário. No processo de criação, as personagens constituem a realidade do artista que lhes dá a palavra, como no DD, ouvindo-os falar. Tais vozes são transmitidas na forma do DIL, como acontece nas fábulas de *La Fontaine*, por exemplo.

Ao questionar como surgiu o DIL, os autores esclarecem que, no francês antigo não havia formas lógicas que possibilitassem uma verdadeira diluição do discurso do autor/narrador com o de sua personagem. E foi essa insuficiência gramatical e não o procedimento estilístico livre que

criou condições para que surgisse o DIL. Em síntese, esse discurso foi fruto da incapacidade de o autor/narrador separar gramaticalmente seu ponto de vista do de suas personagens.

O processo linguístico objetivo do DIL combina as entoações da personagem (empatia) e as do autor/narrador (distanciamento) em uma mesma construção linguística, fator que Lorck e Lerch, segundo Bakhtin e Voloschinov, não levaram em conta em seus estudos. No DIL, a palavra citada não é identificada somente pelo sentido isolado, mas pelas entoações específicas da personagem; enfim, pela orientação apreciativa do discurso. O próprio desenvolvimento do DIL está relacionado com o fato de os grandes gêneros literários russos em prosa adotarem uma leitura silenciosa, muda. E foi o ajuste a esse tipo de leitura que possibilitou a superposição dos planos às estruturas entoativas que caracterizam a literatura moderna.

O discurso do outro passa, então, a funcionar como no teatro, onde não há contexto narrativo e as réplicas do herói opõem-se às das outras personagens. As relações entre contexto narrativo e discurso citado, via encenação absoluta, assumem características semelhantes à alternância do diálogo, e o autor/narrador se coloca no mesmo nível de sua personagem, assumindo uma relação dialógica. Nas palavras de Bakhtin e Voloschinov (1981, p.195), “toda a atividade verbal consiste em distribuir ‘a palavra de outrem’ e a ‘palavra que parece ser a de outrem’”.

4 A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA E MOSTRADA

Em suas pesquisas, Authier-Revuz (1992) descreve as formas da heterogeneidade mostrada no discurso como materialidades que manifestam diferentes modos de *negociação* do sujeito falante com o que a autora denomina heterogeneidade constitutiva. Para tanto, fundamenta a heterogeneidade externa no dialogismo de Bakhtin e na psicanálise de Lacan. Segundo Authier-Revuz (1992, p. 2), “as formas sintáticas do DD e do DI exprimem, de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação”. O locutor/narrador funciona como tradutor no DI, pois, por meio de suas próprias palavras, faz referência a um outro, que é a fonte do dizer relatado. Já no DD, as palavras do outro são produzidas sob um nítido recorte do dizer do locutor/narrador, e esse opera como mero *porta-voz*. Esses dois modelos sintáticos possibilitam que o locutor expresse com nitidez um outro discurso, no seu próprio dizer.

Outra forma de heterogeneidade, porém, mais complexa, é a mostrada nas formas marcadas da conotação autonímica. Nesse caso, as palavras do outro são inscritas no fio do discurso do locutor/narrador, sem que haja corte na autonímia, embora sejam reveladas. Há um deslocamento a outra identidade, aquela que observa as palavras em uso, marcadas por *aspas, itálico, entonação, em*

forma de comentário, glosa, retoque, ajustamento e recebe diferente estatuto em relação ao restante do discurso.

Quanto à heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (1982) entende que ela funciona como uma ancoragem essencial no exterior do linguístico, não somente nas formas que oscilam em função das modalidades incertas de seu resgate, mas, essencialmente, nas formas mais explícitas, mais delimitadas pela presença do outro no discurso. Para a autora, “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos *outros discursos* e pelo *discurso do Outro*. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (p. 56).

Nesse campo, inscrevem-se as formas de heterogeneidade mostrada, pois o outro se mostra presente, funcionando como objeto do discurso, via mecanismo enunciativo, que, sob as variadas abordagens propostas, revelam-se como um *distanciamento* do sujeito falante em relação à parte de seu discurso. Assim, no discurso, as formas de heterogeneidade mostrada não compõem uma expressão fiel da realidade sem contorno, que é a heterogeneidade constitutiva do discurso, elas formam elementos da *representação* que o locutor/narrador faz da sua enunciação.

A linguista defende ainda que, na parte citada de um DD, o sujeito falante não coincide com o locutor/narrador, nem mesmo com o enunciador; já no caso do DIL, nem o sujeito falante, nem o locutor/narrador coincidem com o enunciador. O DD é, então, uma forma que se fundamenta na autonomia nítida do distanciamento. Já na parte citada, o locutor/narrador se comporta como porta-voz, como relator de um outro ato de enunciação. Essa *aparente* clareza revela um modo complexo de mostrar um eu que não está significando, pois coloca o locutor/narrador em posição de exterioridade, em relação aos dizeres que expressa a seu interlocutor.

Authier-Revuz (1998) explica que ainda hoje a gramática lida com o discurso do outro de maneira bastante tradicional, reconhecendo apenas três formas de representação, ou seja, o DD, o DI e o DIL, conforme mostram os exemplos a seguir, respectivamente: a) *Joana estava aborrecida. Ela disse: “Eu vou sair daqui”*; b) *Joana estava aborrecida. Ela disse que ia sair dali.*; c) *Joana estava aborrecida. Ela ia sair dali.* Com um olhar mais crítico, a autora ressalta que o DD não é tão simples como a gramática o apresenta, chegando mesmo, no seu ponto de vista, a ser relativamente mais complexo do que o DI, pois não é objetivo nem fiel ao discurso, como se costuma pensar. Além disso, o DI não é um DD subordinado, porque não há uma derivação das regras gramaticais, mas diz respeito a duas operações radicalmente distintas do discurso do outro: a *citação-reliquia* (no caso do DD) e a *reformulação-tradução* (no caso do DI). Quanto ao DIL, a autora o define como uma forma *inteira, original*, que não deve ser vista em termos de DD-DI, não sendo também um esquema específico

da literatura, pois é frequentemente usado tanto no discurso oral cotidiano quanto no meio político e na imprensa.

Para a autora (1998, p.134), as três formas de representar o discurso relatado são importantes, mas elas constituem “uma descrição parcial e empobrecedora do campo da representação do discurso outro no discurso”. Essa representação é redutora, uma vez que existem outras formas de citá-lo como é o caso do DDL e o importante conjunto da *modelização do discurso em discurso segundo* (segundo fulano; para retomar as palavras de fulano, por exemplo). Como já foi dito, o DI não corresponde a um discurso subordinado ao DD, uma vez que eles são dois modos distintos de representar um outro ato de enunciação. Enquanto o DD corresponde a uma operação de citação da mensagem do ato relatado, o DI refere-se a uma operação de reformulação. Tal diferença caracteriza o DD como *estrutura heterogênea*, excepcional na língua, e o DI como *estrutura homogênea*, da sintaxe normal da língua. Vale lembrar que essa dualidade pode ser observada no nível semiótico, sintático e na modalidade de enunciação (FIORIN, 2006).

No que se refere à diferença entre DDL e DIL, Authier-Revuz (1998) explicita que ela reside no modo diferenciado de funcionamento dos elementos dêiticos. No DDL, os dêiticos de pessoa, tempo e lugar são, assim como no DD, os do enunciador relatador, funcionando como um DD sem introdutor e sem marca tipográfica. No caso do DIL, a questão é mais complexa, pois os dêiticos de pessoa sempre pertencem ao locutor/narrador do enunciado, ou seja, eles são, assim como no DI, reformulados em função do locutor/narrador e daquilo que é relatado. Já os dêiticos de tempo, verbais ou adverbiais, podem variar. Em síntese, mesmo no plano dos dêiticos, o DIL não pode ser visto como um DI sem elemento introdutório, pois ao assumir elementos expressivos, exclamativos, avaliativos e modos de dizer do locutor/narrador do discurso relatado, ele aparece como uma forma original, bivocal (FIORIN, 2006), misturando elementos enunciativos das duas vozes em questão.

5 O DISCURSO RELATADO E SEUS EFEITOS LINGUÍSTICO-SEMÂNTICOS NA CRÔNICA

Tendo como base o estudo teórico já esboçado e buscando respostas às questões que norteiam nosso trabalho, iniciamos a análise selecionando algumas crônicas que foram publicadas no jornal Zero Hora. Sabendo de antemão não ser possível esgotar o assunto em questão, nem sendo essa nossa intenção, selecionamos dois dos textos estudados que, a nosso entender, são significativos por apresentar diferentes mecanismos que expressam o discurso alheio. Como nosso foco de análise não é o texto como um todo, procuramos, sem destruir o sentido construído pelo

conjunto (pela textualidade), recortar trechos significativos ao funcionamento do discurso citado, nas obras em análise.

A primeira crônica intitula-se **A proposta**, de Luís Fernando Veríssimo, e foi publicada no dia 17 de novembro de 2003 (cf. texto em anexo). Tanto nesse como nos demais textos analisados, identificamos exemplos dos esquemas sintáticos DD, DI, DDL e DIL, bem como de outros recursos que exploram o uso do discurso citado: aspas, ironia, entoação, parênteses, reminiscência, duplo sentido; enfim, manifestações da heterogeneidade mostrada e constitutiva.

Embora não seja uma estratégia comum, Veríssimo iniciou sua narrativa através de um DIL: “*O russo dera ordens para não ser perturbado no seu quarto de hotel.*” e continuou: “*Seriam quatro partidas de xadrez, dele contra o computador, e o Russo já vencera duas.*” Nesse contexto, questionamos: Quem é esse outro e como ele se apresenta no discurso narrativo? Por que o autor empregou o tempo verbal do pretérito mais do que perfeito, quando poderia ter simplesmente empregado o pretérito perfeito, com sentido de ação acabada, factual, ou mesmo um tempo composto? (*deu e tinha vencido*, por exemplo).

Entendemos que o emprego desses modos verbais produz o efeito de diluir a voz do outro com a do narrador, aqui, no caso, a do personagem Russo. Tal estratégia possibilita que o dizer do Russo confunda-se com o do narrador, diluindo dois atos enunciativos que são vistos como uma única voz. Ao invés de voltar-se ao exterior, o narrador volta-se ao interior, mostrando o pensamento em processo de elaboração, sob forma de impressão mental ainda em desenvolvimento (BAKHTIN; VOLOSCHINOV, 1981).

Na sequência, há outro exemplo: “*Dera ordens na portaria: acima de tudo, nenhum telefonema. E o telefone estava tocando. “Merda!” disse o russo, em russo.*”. Temos, nesse exemplo, o caso de um DDL (conforme especifica Authier-Revuz), pois o narrador relata o discurso do Russo (a personagem) sob o esquema sintático do DI; no entanto, emprega as palavras ditas pela própria personagem. Além disso, faz uso das marcas gramaticais típicas do DD, tais como dois pontos, aspas e a fala direta (“*Merda*”).

Há também outra indicação de heterogeneidade nesse discurso, ou seja, a ironia, pois haveria necessidade de dizer que o Russo falou em russo? Esse dizer leva o interlocutor a se questionar sobre que outros sentidos subjazem a um dizer aparentemente tão óbvio. Temos, então, um dizer outro não mostrado, isto é, constitutivo (AUTHIER-REVUZ, 1982), que induz o interlocutor a interpretar possíveis dizeres que, na verdade, não são ditos, mas sugeridos, insinuados.

Um uso semelhante encontramos em: “*O Russo ligou para a portaria. Não dera ordens para não ser incomodado? Não pedira, expressamente, que não passassem chamadas telefônicas para o seu quarto? Mas,*

senhor, nenhuma chamada foi passada para seu quarto. Nenhuma! O Russo perdeu o sono.” Novamente, identificamos uma diferente composição sintática que combina o uso do discurso direto com o indireto, criando o efeito de sentido que dilui os dizeres do *um* e do *outro*; aqui, a fala do narrador com as das personagens (o Russo e a recepcionista do hotel). Nessa variante do DDL, o autor/narrador se coloca no mesmo nível das personagens, e tanto o uso do ponto de interrogação no segundo e no terceiro enunciados, quanto o emprego do pronome de tratamento *senhor*, e do numeral *nenhuma*, remetem ao DD que, no entanto, são diluídos ao dizer do narrador, embora continuem marcados no discurso.

Ainda sobre esse enunciado, cabe questionar: a quem pertence a voz que diz “Nenhuma!”? Seria da recepcionista que reforça seu dizer com *Nenhuma!* (sendo exclamativa e pondo ênfase na segunda sílaba)? Ou seria o Russo que pronuncia *Nenhuma?!* (com tom interrogativo)? Enfim, pelo modo como foi colocado, tal dizer pode ser atribuído tanto a um quanto a outro. Se a entoação estivesse especificada (característica da fala, da voz, da oralidade), saberíamos se o dizer é do russo ou da recepcionista, pois esse recurso linguístico eliminaria o efeito da ambiguidade semântica, explorada na passagem em questão. Vale destacar que, como se trata de um texto escrito (e literário), a incógnita permanece, funcionando como estratégia de construção de sentidos e de superposição de diferentes atos enunciativos, possibilitando que o discurso assumira uma relação dialógica (BAKHTIN; VOLOSCHINOV, 1981).

Outro aspecto interessante nesse dizer refere-se à expressão adverbial *expressamente*. Que outra voz subjaz aí? Há uma fala constitutiva ao discurso narrativo que denota, a nosso ver, dois aspectos: a voz que repreende, pois houve um pedido expresso, nítido; e a voz que denuncia um ato de negligência, até mesmo de incompetência por parte da recepcionista, que tenta defender-se de tal ataque. Perguntamo-nos, a quem pertence essa voz e qual seu efeito na produção do sentido desse enunciado? Entendemos esse discurso como sendo uma voz interna da personagem Russo, a qual fala sem manifestar-se com nitidez. Como vimos pelos estudos de Authier-Revuz (1982), trata-se de um dito constitutivo do discurso, por isso, soa como um não dito, efeito de linguagem que produz sentido, na medida em que leva o interlocutor a interpretar o dizer que subjaz de tal manifestação linguística, em função do modo como é construído.

Outro recurso da voz de outrem nesta crônica é o uso das formas direta e indireta: “*Atendem o telefone. Uma voz feminina. Voz de secretária eletrônica, mas ameaçadora. Avisando ao Russo: não vença amanhã. O quê? Quem é que está falando? Não interessa. Não vença amanhã, senão...*” Durante toda a informação expressa antes dos dois pontos, ouvimos a fala do narrador, de modo indireto, traduzindo o dizer citado por um outro. Todavia, após os dois pontos (característicos do DD), começa um jogo interlocutivo entre a fala de duas personagens: a secretária eletrônica (*não vença*

amanhã – Não interessa – Não vença amanhã, senão...) e o Russo (*O quê? – Quem está falando?*). Enfim, temos um diálogo, embora não seja nos moldes sintáticos tradicionais, com nova linha, travessão, ou aspas, identificamos essa construção como um exemplo do DDL (AUTHIER-REVUZ, 1982).

Ainda no mesmo trecho, que outra voz emerge do dizer que especifica ser uma voz feminina, de secretária eletrônica, no entanto, possui tom ameaçador? Constitutivamente, podemos ler o dizer comum de que a voz feminina tende a ser mais doce do que a masculina, além de que normalmente a expressão registrada na secretária eletrônica tende a ser polida, o que justifica o uso da conjunção adversativa (do “mas”). Mas a quem pertence esse dizer? Ao narrador? Às personagens? A uma voz comum, universal? Com base na abordagem de Authier-Revuz (1982), entendemos ser um dizer constitutivo do discurso que, embora não seja marcado, faz-se presente, produzindo efeito de sentido ao ser interpretado pelo interlocutor.

Nessa mesma perspectiva, indagamos: qual é a importância do uso das reticências? Que efeitos elas produzem no sentido construído na fala? Entendemos que essa marca linguística possibilita que se abra espaço a uma infinidade de dizeres, o qual pode ser preenchido por diversos discursos, conforme o entender do interlocutor. Enfim, ao uso estratégico das reticências subjaz uma variedade de vozes que podem se manifestar-se por meio desse mecanismo.

Uma análise semelhante à anterior pode ser feita em outros trechos da mesma crônica: 1“*Mas quem são vocês? pergunta o Russo. Não interessa. Não vença amanhã, senão...*”; 2“*Podemos fazer um acerto, disse a voz. Quanto você quer para entregar o jogo?*”; 3“*O Russo reagiu com indignação. Minha honra não está à venda! Calma, disse a voz.*” Como vemos, continua o jogo interlocutivo entre a fala direta e indireta (do narrador e das personagens), porém, com um elemento diferenciador: nesse caso, há um marcador típico do DD, o verbo *dicendi* (*pergunta e disse*, nos exemplos), elemento que não se fazia presente no exemplo estudado anteriormente.

Por fim, Veríssimo encerra sua narrativa com uma construção típica, primeiro empregando o DI (fazendo uma tradução da voz do outro); depois, com o DD (dando ao outro espaço para que ele fale com suas próprias palavras, servindo, assim, de seu porta-voz, aqui, no caso, do elevador): “*No dia seguinte, descendo no elevador do hotel a caminho do terceiro jogo, o Russo ouviu uma voz. Era o elevador perguntando: “Como é, pensou na nossa proposta?”*”.

Ainda analisando o mesmo texto, indagamos: a quem o pronome **nós** se refere nessas passagens da crônica **A proposta**? Que voz ou quais vozes ele representa?: 1“**Nós** o perseguiremos até seus últimos dias.”; 2“*Se tentar mudar de nome, nós descobriremos e anularemos o novo nome também.*”; 3“*Isso nós garantiremos.*” A presença do pronome **nós** é tão marcante que a própria personagem (o Russo) questiona: “*Mas quem são vocês? pergunta o Russo*”. Inicialmente, havia somente a voz da secretária eletrônica que, embora anônima, era individual; mas, de repente, essa mesma fala passa a ser um

plural, um conjunto de vozes, uma organização, talvez. Essa mudança acontece sem aviso, como algo natural no desenrolar da narrativa, funcionando como estratégia de produção de sentido, pois dá voz a um outro: um coletivo.

Para finalizar, recortamos um enunciado em que Veríssimo explora o uso do DI, quando o narrador funciona como tradutor do discurso citado, bem como do DIL: “*O Russo perdeu a paciência. Não sabiam com quem estavam tratando! Digitou no notebook que as ameaças não o intimidariam, que derrotaria o computador no xadrez mais duas vezes e provaria que a mente humana ainda não tinha substituto à altura, que por mais que aperfeiçoassem o computador, a máquina não venceria o Homem, e...*” Nesse trecho, com exceção do segundo enunciado, que apresenta características do DIL, pois deixa aflorar de modo mais nítido a voz da personagem (seus sentimentos), mostrando emoção via ponto de exclamação e pelo uso do pretérito imperfeito, os demais enunciados manifestam-se como tradutores do dizer do Russo, por meio do DI.

Terminada a análise do primeiro texto, passamos a estudar a segunda crônica, sob o título **Gafes**, de Moacyr Scliar, que foi publicada no dia 11 de novembro de 2003 (cf. texto em anexo). O autor inicia sua narrativa com um DI, modalidade linguística que, por sinal, se faz bastante presente ao longo desse texto: “*A semana encerrou com o relato de uma gafe do presidente Lula em sua viagem à África, quando declarou que não esperava encontrar na África uma cidade tão “limpa e bonita” quanto Windhoek, a capital da Namíbia. Ficou implícito que as outras cidades africanas são pouco limpas e bonitas, o que provocou o repúdio de muita gente, inclusive de militares negros no Brasil.*” Nesse dizer, podemos observar o papel desempenhado pelo narrador: de traduzir o discurso do outro por meio de suas palavras, por sua voz, empregando, para tanto, o DI.

Mas há também outro aspecto a ser destacado no recorte. Qual é a função das aspas que destacam os adjetivos *limpa e bonita*? Por que o autor/narrador fez questão de chamar a atenção sobre essa informação? Quais são as vozes que emergem com o uso dessa estratégia? Conforme Authier-Revuz (1992), as aspas são elementos da heterogeneidade mostrada, pois aparecem marcadas no discurso e funcionam como estratégia para representar o dizer do outro. No entanto, como elas precisam ser interpretadas pelo interlocutor, isso torna o processo dessa heterogeneidade mais complexo do que quando as marcas são explicitadas, sem exigir interpretação. Interpretando, então, o exemplo supracitado, entendemos que as aspas representam a voz de um outro que alerta e critica sobre o deslize cometido pelo presidente Lula, pois ao elogiar aquela cidade, considerando-a limpa e bonita, ele deixou fluir (mesmo que implicitamente) outro dizer: o de que as outras cidades africanas são sujas e feias, o que pode ser entendido como ofensa, por isso, Scliar a denomina de gafe.

Ainda na segunda crônica aparecem outros casos de aspas, por exemplo: “*O primeiro ministro da Itália, Silvio Berlusconi, é famoso por fazer comentários pouco diplomáticos: “gafes planetárias”, segundo o ex-primeiro-ministro Massimo D’Alema. Ainda recentemente, Berlusconi, que se considera “o maior líder da Europa e do mundo”, ofendeu um parlamentar alemão ao compará-lo a um guarda de um campo de concentração nazista. E nem o sisudo presidente francês Charles de Gaulle escapou de uma gafe, segundo conta Ruy_Castro;*” E ainda: “*Mas aí surgiu o diretor e ator Jacques Tati, aquele do conhecido filme, Mon Oncle, “Meu tio”. “Jacques Tati”, murmurou o assessor. De Gaulle não entendeu bem, e o assessor repetiu: “Jacques Tati. Meu tio”. De Gaulle então abraçou Tati: -Tenho muito prazer em conhecê-lo. E quero aproveitar a oportunidade para lhe dizer que seu sobrinho é um grande assessor*”³.

As aspas funcionam como recurso marcado e fazem referência a um dizer citado que é dito sem ser dito, por isso, precisa ser interpretado. Inicialmente, em “*gafes planetárias*”, há uma voz que se refere a todos os tipos de gafes realizadas no planeta, um conjunto que engloba, em um único discurso, todas as gafes do mundo. Já no caso da expressão “*o maior líder da Europa e do mundo*”, há um tom irônico, pois o primeiro-ministro se considera o melhor, sendo que o uso das aspas sugere não ser essa opinião de consenso geral, criando assim a ironia, que também consiste em um mecanismo de heterogeneidade na linguagem.

Na sequência do texto, as aspas voltam a funcionar, só que agora para fazer referência a nomes estrangeiros: primeiro a um filme (Mon Oncle) e depois a seu diretor (Jacques Tati); bem como para representar a fala direta do assessor (“Jacques Tati. Meu tio”). No mesmo fragmento, podemos observar outro tipo de heterogeneidade mostrada, aquela marcada pelo uso da palavra **segundo**, que faz menção ao dizer de um outro, funcionando como reformulação do dizer alheio. Esse recurso é frequentemente empregado no texto científico, por meio de citação ou de paráfrase.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo sobre o funcionamento do discurso do outro na crônica confirma a afirmação de Bakhtin e Voloschinov (1981) de que o campo literário lida com mais liberdade com o discurso alheio do que o retórico, em função de seu caráter ficcional e de seu potencial de criação, o que torna seu dizer mais maleável e criativo. No entanto, considerando a natureza da crônica jornalística (caráter dos textos analisados), esperávamos encontrar de modo mais acentuado a manifestação do dizer do outro por meio do DD, uma vez que tal sistema sintático tem sido definido como propício para expressar a voz do outro de maneira mais espontânea e, por isso, mais

³ Esse enunciado é um exemplo típico do DD (ver no texto em anexo).

convincente e, muitas vezes, é tido como característica típica da crônica. Mas não foi o que ocorreu, pois encontramos com mais assiduidade o locutor/narrador traduzindo o discurso do outro através do DI e do DIL.

Além do DD e do DI, a voz do outro ganhou espaço na narrativa por meio de esquemas mais complexos como é o caso do DDL e do DIL. Entendemos que sejam estruturas mais complexas porque englobam uma interação de vozes: a do locutor/narrador e a da personagem, misturando mensagem traduzida (via narrador) com a própria voz da personagem, inclusive com emoção e sentimento. Como especifica Bakhtin e Voloschinov (1981), ao integrar-se à estrutura do discurso, o dizer do outro passa a fazer parte desse tema, sem, no entanto, perder a autonomia sobre seu próprio tema. Essa complexidade é tamanha que o discurso de outrem passa a fazer parte do contexto narrativo, ajustando-se a ele, porém, sem perder sua integridade, sua autonomia. Ao comparar os dois discursos, o DDL e o DIL, podemos dizer que o primeiro apresenta marcas mais nítidas do que o segundo, embora os dois se expressem livremente, ou seja, constitutivamente.

Após analisar as duas crônicas selecionadas, constatamos que elas dão voz ao outro tanto de modo mostrado/marcado quanto constitutivo. Ora o locutor/narrador afasta-se mais do outro, mostrando-o; ora aproxima-se dele, envolvendo-o em seu dizer, de modo constitutivo, deixando-o velado. Ao buscar exemplos de heterogeneidade mostrada e constitutiva em nosso objeto de estudo, encontramos tanto um tipo quanto o outro. Sob a forma de heterogeneidade mostrada, identificamos o uso das aspas, dos parênteses, o emprego da palavra *segundo*, além dos próprios esquemas sintáticos do DD e do DI. Sob a forma da heterogeneidade constitutiva, verificamos o uso do duplo sentido, com superposição de dizeres; da ironia; da reminiscência; da alusão; da entoação e dos esquemas com discursos livres (DDL e DIL).

Enfim, embora tenhamos apresentado a análise de apenas dois textos, material suficiente ao objetivo desta proposta, foi possível mostrar não apenas que o discurso do outro se faz presente na crônica, mas também de que modo, sob quais recursos linguísticos e discursivos a voz alheia ajuda a constituir os sentidos no texto literário. Conforme as análises, às vezes, o discurso de outrem é manifestado de modo marcado, mostrado (isso acontece quando o narrador afasta-se da fala do outro, separando-o do seu próprio dizer); outras vezes, é expresso de forma constitutiva (aproximando e diluindo seu dizer com a voz do outro), dependendo do efeito semântico que o autor deseja atribuir ao sentido que produz em seu texto, no nosso estudo, em sua crônica.

7 REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva:** elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: DRLAV (Documentation et Recherche en Linguistique Allemande-Vincennes), n.26, Paris, 1982.

_____. **Palavras incertas:** as não-coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BRAIT, B. Estilo. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 72-102.

_____. (Org.) **Bakhtin:** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

CRUZ, S.A.C. e COSTA-HÜBES, T.C. Gênero discursivo crônica: aspectos temático, estilístico e composicional nas práticas escolares. **Travessias**, v.10, n.03, p. 25-40, 2016.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo:** as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, J. L. Intertextualidade e interdiscursividade. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin:** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 157-193.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152- 183.

SCLIAR, M. **Gafes.** Zero Hora, publicado em 11-11-2003.

SOBRAL, A. Ver o texto com os olhos do gênero: uma proposta de análise. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 85-103, 1º sem. 2009.

VERISSIMO, L. F. **A Proposta.** Zero Hora, publicado em 17-11-2003.

Title

Analysis of the other voice in light of a discourse perspective.

Abstract

Someone else's voice is present in our daily talking, in the rhetorical way of saying, and in literary discourse. From a bakhtinian dialogic polyphonic perspective (1992; VOLOCHINOV, 1981), this paper aims to identify and understand whereby someone else's discourse, either clear or disguised, according to Authier-Revuz (1982, 1998), is manifested in the literary way of saying, more specifically, in chronicles. We selected two chronicles published in a Brazilian newspaper, namely Zero Hora, aiming at analysing how someone else's voice under discourse linguistic strategies is manifested and how his or her sense effects are realised textually. We investigated how free indirect, indirect, and direct discourses work, considering other indicators, whether marked or not, by relating them to the transmitter's way of saying, which at the same time seeks for bringing closer, and moving away from someone else's voice, depending on the semantic effect that intends to convey.

Keywords

Clear and Disguised Voice; Literary Discourse; Bakhtinian Discourse Perspective.

Recebido em: 20/03/2017.

Aceito em: 21/06/2017.

ANEXOS

A proposta

Luis Fernando Verissimo (ZH, 17-11-2003)

O Russo dera ordens para não ser perturbado no seu quarto de hotel. Seriam quatro partidas de xadrez, dele contra o computador, e o Russo já vencera duas. Precisava estar em forma para as outras duas. Precisava estar em forma para as outras duas. Precisava descansar. Não atenderia telefonemas de quem quer que fosse. Dera ordens na portaria: acima de tudo, nenhum telefonema. E o telefone estava tocando. “Merda!” disse o Russo, em russo. Atendeu o telefone. Uma voz feminina. Voz de secretária eletrônica, mas ameaçadora. Avisando o Russo: não vença amanhã. O quê? Quem é que está falando? Não interessa. Não vença amanhã, senão...

O Russo ligou para a portaria. Não dera ordens para não ser incomodado? Não pedira, expressamente, que não passassem chamadas telefônicas para o seu quarto? Mas senhor, nenhuma chamada foi passada para o seu quarto. Nenhuma! O Russo perdeu o sono ligou seu notebook. Aproveitaria para reestudar alguns lances. Viu que havia uma mensagem para ele no *notebook*. Um e-mail. Outro aviso. Se você vencer o segundo e o terceiro jogo, não tem ideia do que pode lhe acontecer. Nós os perseguiremos até os seus últimos dias. Você será varrido de todos os bancos de dados do planeta. Tentará fazer transações bancárias e não conseguirá. Não poderá mais viajar. Nenhum terminal de computador de aeroporto, em nenhum lugar do mundo, aceitará o seu nome. Se tentar mudar de nome, nós descobriremos e anularemos o novo nome também. Seus cartões de crédito não serão mais reconhecidos. Todas as suas senhas falharão. Os *videogames* não obedecerão aos seus comandos. O mesmo acontecerá a todos os seus descendentes, até o fim dos tempos. Isso nós garantimos. Mas quem são vocês? pergunta o Russo. Não interessa. Não vença amanhã, senão...

O Russo perdeu a paciência. Não sabiam com quem estavam tratando! Digitou no notebook que as ameaças não o intimidaram, que derrotaria o computador no xadrez mais duas vezes e provaria que a mente humana ainda não tinha substituto à altura, que por mais que aperfeiçoassem o computador, a máquina não venceria o Homem, e...

Nisso, o telefone tocou de novo. A mesma voz de secretária eletrônica, mas desta vez num tom conciliador. Podemos fazer um acerto, disse a voz. Quanto você quer para entregar o jogo? O Russo reagiu com indignação. Minha honra não está à venda! Calma, disse a voz. Pense no assunto. Se você aceitar entregar o jogo, todas as máquinas dispensadoras de dinheiro do mundo estarão à sua disposição, para a retirada que você quiser. Sem limites, e para sempre. Basta você dizer quem é e quanto quer e elas despejarão dinheiro aos seus pés. Pense no assunto.

No dia seguinte, descendo no elevador do hotel a caminho do terceiro jogo, o Russo ouviu uma voz. Era o elevador perguntando: “Como é, pensou na nossa proposta?”.

Gafes

Moacyr Scliar (ZH, 11-11-2003)

A semana encerrou com o relato de uma gafe do presidente Lula em sua viagem à África, quando declarou que não esperava encontrar na África uma cidade tão “limpa e bonita” quanto Windhoek, a capital da Namíbia. Ficou implícito que as outras cidades africanas são pouco limpas e bonitas, o que provocou o repúdio de muita gente, inclusive de militantes negros no Brasil. Não é a primeira gafe de Lula; o comentário que fez em Pelotas há alguns anos ainda está vivo na

lembrança de muitos gaúchos. Mas também é preciso dizer que gafe não é monopólio de Lula, por mais que coleções de seus ditos infelizes já estejam começando a surgir.

Outros mandatários não ficaram, e não ficam, atrás. Bush não raro se mostra inconveniente e um de seus antecessores, Ronald Reagan, trocou o nome do país latino-americano que estava visitando, Venezuela por Colômbia, ou algo no estilo. O primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi, é famoso por fazer comentários pouco diplomáticos: “gafes planetárias”, segundo o ex-primeiro-ministro Massimo D’Alema. Ainda recentemente, Berlusconi, que se considera o “maior líder político da Europa e do mundo”, ofendeu um parlamentar alemão ao compará-lo a um guarda de um campo de concentração nazista. E nem o sisudo presidente francês Charles de Gaulle escapou de uma gafe, segundo conta Ruy Castro. Ele estava recebendo figuras de destaque nas artes francesas. A seu lado, um assessor, cuja função era sussurrar ao ouvido do presidente o nome da pessoa e de alguma obra que a tivesse celebrizado. Nada de mais: presidentes não são obrigados a conhecer pessoas famosas. Mas aí surgiu o diretor e ator Jacques Tati, aquele do conhecido filme, Mon Oncle, “Meu tio”. “Jacques Tati”, murmurou o assessor. De Gaulle não entendeu bem, e o assessor repetiu: “Jacques Tati. ‘Meu tio’”. De Gaulle então abraçou Tati:

- Tenho muito prazer em conhecê-lo. E quero aproveitar a oportunidade para lhe dizer que seu sobrinho é um grande assessor.

Gafes são engraçadas. E chamam a atenção. Demasiadamente, talvez. Esta viagem do presidente ficará conhecida pela gafe em Windhoek. Mas será que é isto o que deveríamos discutir? Será que não é mais importante o significado da viagem, as suas consequências práticas? Viagens às vezes mudam o curso da História, ou simbolizam uma mudança de curso na História. Foi assim com a viagem de Nixon à China, com a viagem de Anwar Sadat, então presidente do Egito, a Israel. Será que a viagem de Lula terá repercussões parecidas, mesmo que mais modestas?

Necessitamos deste tipo de análise. Para entender o nosso país e o nosso mundo. Para mudar o nosso país e o nosso mundo.